

A ESCRITA HISTÓRIA COMO GÊNERO TEXTUAL

JANOTE PIRES MARQUES

Doutorando em Educação Brasileira (FACED/UFC). E-mail: janotepires@hotmail.com

JOÃO CARLOS RODRIGUES DA SILVA

Doutor em Linguística (UnB). E-mail: profjocarlos@gmail.com

Introdução

Por vezes, encontramos argumentações ou registros de que a escrita da História é um tipo de literatura. Entretanto, se podem existir pontos tangentes a essa área do conhecimento, defendemos que ao escrever a História, o pesquisador não cria um texto literário ou ficcional, mas, sim, elabora um texto com certas especificidades próprias dos estudos históricos. Assim, a problemática que se coloca é: quais distinções podemos fazer entre um texto literário e um texto historiográfico?

Eis aqui o mote para esse artigo, que tem como objetivo discutir elementos que caracterizam a escrita da História como um gênero textual específico.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a elaboração deste trabalho exigiu uma pesquisa de abordagem predominantemente qualitativa, baseada numa bibliografia a respeito do tema discutido. Nesse caminho, discutimos o texto historiográfico sob a ótica da teoria dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997; KOCH, 2004), da teoria literária (SAMUEL, 2011; AMORA, 2006) e de alguns pensadores das teorias da História (BLOCH, 2011; CERTEAU, 1999; RODRIGUES, 1978; MARTINHO RODRIGUES, 2008, 2009).

Pensando a Noção de Gênero Textual

Estudar os gêneros textuais não é novidade no Ocidente, uma vez que, há pelo menos vinte e cinco séculos, o filósofo Platão

já se debruçava sobre a análise de determinados gêneros literários. Hoje, percebe-se uma retomada do mesmo tema, mas sob outras perspectivas teóricas, que aqui não serão abordadas. O termo *gênero* sempre esteve relacionado aos gêneros literários cuja análise, como já destacamos, inicia-se na Grécia Antiga com Platão, continua com Aristóteles, passando por Horácio e Quintiliano, pela Idade Média, o Renascimento e a Modernidade até o início do século XX, com os trabalhos de Bakhtin. Atualmente, a noção de gênero não se relaciona somente ao campo da literatura, já que passou a ser empregado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem características literárias (MARCUSCHI, 2002).

De acordo com Bakhtin (1997), a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados orais, escritos, concretos e únicos, os quais emanam dos integrantes de uma dada esfera de atividade humana, como por exemplo, de um profissional da medicina, da história, da engenharia, do campo, etc. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada esfera, ou seja, de uma forma imediata, sensível e ágil, refletem a menor mudança na vida social. Qualquer que seja o “enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo por isso denominados gêneros do discurso.” (BAKHTIN, 1997, p.279).

Bakhtin (1997) propõe a seguinte classificação para os gêneros do discurso: 1) Gênero de discurso primário (simples) – “diálogo cotidiano” / “os tipos do diálogo oral”: “linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana” e “carta”; e 2) Gênero de discurso secundário (complexo) – “romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico”. O texto de História enquadrar-se-ia, pois, no segundo grupo, tendo em vista que busca constituir um discurso científico – “uma ciência em marcha” nas palavras de Marc Bloch (2001) –, ou ao menos, busca guardar certa relação de proximidade com a cientificidade e/ou com as denomi-

nadas ciências humanas. Inspirados em Mikhail Bakhtin (1997), parece-nos coerente defender que o texto histórico também apresenta um *conteúdo temático*, que normalmente são as narrativas das ações humanas passadas; um *estilo*, que se materializa, por exemplo, nas escolhas lexicais; e uma *estrutura composicional*, que se manifesta via de regra em forma de prosa.

Um dos entendimentos possíveis sobre o *discurso* é que ele constitui um texto (falado, escrito, imagético) produzido num contexto, ou seja, numa situação histórico-social que implica não somente as instituições humanas, como também outros textos que sejam produzidos em volta e com ele se relacionem. De certa forma, um contexto constitui uma espécie de moldura de um texto e envolve elementos tanto da realidade do autor quanto do receptor. A análise destes elementos ajuda a determinar o sentido do texto. A interpretação de um texto implica, portanto, um autor – sujeito com determinada identidade social e histórica. E o discurso reflete certa visão de mundo, valores, ideias, necessariamente vinculados à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m).

Buscando melhor definir a terminologia dos termos *texto* e *discurso* que aparecem nesse artigo, seguimos o proposto por Ingedore Koch.

Chamaremos de *discurso* toda atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação – ou os seus e os de seu interlocutor, no caso do diálogo – como também o evento de sua enunciação. O *texto* será entendido como uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritos / ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão. (KOCH e TRAVAGLIA, 1997, p. 8-9).

O texto historiográfico, pois, manifesta-se como linguagem que, por sua vez, está inserida nas coordenadas do espaço-tempo, o que configura o *contexto de produção* dos textos. No nosso caso, a escrita da História. Define-se *contexto de produção* como o “conjunto dos parâmetros que podem exercer influência sobre a forma como um texto é organizado.” (BRONCKART, 1999, p. 93). Fica evidente que muitos fatores podem influenciar, tais como as condições físicas, o estado emocional do produtor, a filiação ideológica, etc., mas só devem ser levados em conta os fatores que exercem influência necessária. Dividi-los-emos em dois grupos: o primeiro referente ao mundo físico; o segundo, ao mundo social e ao subjetivo.

No primeiro grupo, enquadram-se: 1) o *lugar de produção*, espaço físico em que o texto – histórico, no caso – é produzido; 2) o *momento de produção*, a extensão de tempo durante o qual o texto é produzido; 3) o *produtor*, a(s) pessoa(s) ou entidade(s) autor(es) do texto; 4) o *interlocutor*, a(s) pessoa(s) ou entidade(s) a quem o texto se destina.

No segundo grupo, enquadram-se os parâmetros relativos ao mundo social, uma vez que todo texto se inscreve em uma interação comunicativa, que implica a existência de pelo menos quatro parâmetros: 1) o *lugar social* diz respeito ao *locus* – ou esfera de atividade – onde o texto é produzido: escola, família, imprensa, exército, administração, história, interação formal, etc.; 2) a *posição social do produtor* diz respeito ao papel social do produtor do texto: professor, historiador, superior hierárquico, instituição pública, partido político, grupo etc.; 3) a *posição social do interlocutor* diz respeito ao papel social do receptor do texto, que pode ser ou não o mesmo do produtor; 4) o(s) *objetivo(s) da interação* diz(em) respeito ao querer-dizer do texto, a que efeito o texto deve produzir no(s) interlocutor(es).

Buscando compreender a configuração da escrita da História como gênero textual, destacamos algumas perspectivas e aplicações do texto historiográfico nas sociedades ocidentais. É o que se apresenta, muito brevemente, no tópico a seguir.

Pensando a Escrita da História

As reflexões sobre a escrita da História e sobre os saberes que constituem os estudos históricos se interligam e variam ao longo dos tempos. Um olhar sobre os percursos dos estudos históricos no mundo ocidental ajuda-nos a perceber o esforço dos historiadores nos lides com os pressupostos teóricos no campo da história. Segundo Jacques Le Goff (2003), os historiadores antigos basearam a história na “verdade” e deixaram definições que permaneceram válidas durante séculos, como a ideia de “história como mestra da vida” e “luz da verdade”.

O texto historiográfico tinha, pois, certa função pública e literária. Para o “pai da história”, Heródoto (480 a 425 a.C), a História deveria lembrar grandes feitos, ser um relato racional e agradável, sendo que o historiador deveria investigar o passado por meio da visão e da audição. Heródoto viajava o mundo grego colhendo histórias que depois relatava; nos primeiros tempos, de forma oral em praça pública; depois, de forma escrita; Heródoto sempre ressaltava a importância do testemunho direto (FUNARI e SILVA, 2008). O relato, incluindo o que Heródoto fazia, constituía-se numa espécie de obra literária fundada na razão, nas opiniões contrastantes, na contraposição dos pontos de vista. Destaque-se, ainda, que havia uma preocupação com a narrativa e com os relatos orais em Heródoto, o que era de se esperar, considerando que, para os antigos, a memória e a História estavam ligadas de forma bastante importante. (BOURDÉ e MARTIN, 2004).

Se Heródoto não pode ser chamado rigorosamente de “pai da História”, pois não foi o primeiro a deixar registrado algum tipo de discurso de gênero historiográfico (os Mesopotâmios/Acadianos, muito tempo antes, já faziam isso institucionalmente), por outro lado pode-se dizer que com Heródoto surge pela primeira vez a figura do historiador, como um indivíduo pensante (nos moldes dos filósofos e poetas da época) que fazia escolhas, fossem elas por um

tipo de discurso ou por determinadas reflexões sobre a História. (BOURDÉ e MARTIN, 2004).

Para Tucídides (460 a 400 a.C), outro autor grego clássico, a História escrita deveria servir como uma referência perene e como uma busca da verdade. Tucídides estava preocupado apenas com a História contemporânea (de sua época). Não falava em praça pública e não queria saber a opinião das pessoas. Tucídides preocupava-se com a precisão do conhecimento e suas descrições eram centradas no cotidiano e na descrição acurada do efêmero, do dia-a-dia, sem olhar o grande quadro do contexto histórico e das causas profundas. A busca da objetividade e da precisão ligava-se a uma visão judiciária da história, como se a pesquisa histórica fosse uma investigação das provas de um tribunal em busca de uma verdade (essa ideia seria retomada no século XX pela chamada História Científica). Tucídides será uma referência importante na historiografia moderna. (BOURDÉ e MARTIN, 2004).

Podemos perceber aspectos de um discurso histórico em Tucídides no seguinte trecho da *História da Guerra do Peloponeso*:

Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio. (TUCÍDIDES, 2001, Livro I, p. 15-16).

Vale destacar que Tucídides foi além do método puramente narrativo de Heródoto e passou a investigar como operava o suceder histórico. No livro *História da Guerra do Peloponeso*, aparece a noção de reversibilidade dos fatos, ou seja, “a história se repete e devemos aprender com o passado”. No trecho transcrito acima, po-

demos perceber a preocupação de Tucídides com a verdade e com a utilidade da História, inclusive no que se refere ao preparo para o futuro.

Uma mudança no discurso historiográfico teria ocorrido com o advento da História cristã, no chamado período medieval. Segundo Jacques Le Goff (2003), o Cristianismo foi visto como uma ruptura na mentalidade histórica da Antiguidade Clássica. Ao dar à História três pontos fixos: a Criação (início absoluto da História); a Encarnação (início da História Cristã e da História da Salvação); e o Juízo Final (fim da História), o “cristianismo teria substituído as concepções antigas de um tempo circular pela noção de um tempo linear e teria orientado a História, dando-lhe um sentido.” (LE GOFF, 2003, p. 64). Nesse contexto, é que afirmara Marc Bloch (2001, p. 42): “O cristianismo é uma religião de historiador”.

Já os historiadores renascentistas, segundo Jacques Le Goff (2003), teriam dado contribuições importantes aos estudos históricos ao fazerem certa crítica aos documentos com a ajuda da filologia, e ao começarem a laicizar os estudos históricos e a eliminá-los os mitos e as lendas.

No século XIX, a história se emancipou da filosofia e aderiu à ciência (REIS, 2006). A história científica seria produzida por um historiador imparcial, que se neutralizaria enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto e que se basearia apenas em enunciados válidos para todo o tempo e lugar. O historiador deveria evitar hipóteses e julgamentos. Os fatos falariam por si. Decorrente dos pressupostos dessa “história ciência”, intensificou-se a valorização dos documentos oficiais como fontes e da história política como objeto de estudo, posições que dariam margem a críticas ao longo do século XX. Por outro lado, os estudos históricos atualizaram o método crítico aos documentos, difundindo este método e seus resultados por meio do ensino e das publicações (LE GOFF, 2003).

Ainda nesse breve percurso dos estudos históricos, destaque-se a “Escola dos Annales” que, no final da década de 1920,

defendeu a substituição da tradicional narrativa por uma história-problema; propôs a história de todas as atividades humanas e não apenas história política; promoveu a ampliação da noção de documento e o diálogo da história com outras áreas do conhecimento. Constituiu-se, assim, no que Peter Burke (1997) denominou de “A Revolução Francesa da historiografia”.

Sem desmerecer a “história-problema” proposta pelos Anais e ampliada pela História Social, consideramos plausível uma valorização da narrativa para a produção historiográfica, pois o desprezo pela crônica (narrativa) contribui para supervalorizar as explicações teóricas (MARTINHO RODRIGUES, 2009).

Eis aqui o gancho para a nossa discussão sobre a escrita historiográfica como um gênero textual não-ficcional e que constitui uma narrativa composta basicamente por três elementos: ambiente (físico, cultural, psicológico), personagens (que fazem escolhas e tomam decisões) e enredo (articulando os significados dos fatos, personagens e ambiente). Por outro lado, quanto à validade da narrativa (crônica) fica o alerta de Rui Martinho Rodrigues (2009, p. 431): “Não se confunda crônica com lista telefônica”. Noutros termos, defendemos que a escrita da História é uma narrativa, mas que deve seguir critérios teóricos e metodológicos ligados ao fazer histórico e que, ao mesmo tempo, esses critérios sejam explicitados ao leitor da obra.

Somemos aqui três características de um texto historiográfico, segundo Antoine Prost. 1) Um texto saturado: que contenha narrativa, argumentação, fatos, justificativas do tema e do tempo (cronologia); 2) Um texto objetivado e digno de crédito: que evita juízo de valor; referencia outras pesquisas históricas; 3) Um texto manuseado: desdobra-se na interrelação dos discursos do historiador e dos outros pesquisadores. (PROST, 2012).

Ainda considerando a escrita da História, são instigantes as considerações de Michel de Certeau (2009) de que a “operação historiográfica” deve ser compreendida como uma relação entre o lugar (socioeconômico, político, cultural) de onde o historiador fala, a

escrita (tentativa de representar a realidade vivida) e uma técnica, que seria justamente o trabalho com as fontes. O segundo aspecto se refere aos procedimentos metodológicos. Aproximamo-nos do que Paul Ricoeur (2007) denomina de fase documental, indo da declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos.

Faz-se necessário salientar, portanto, que, no trabalho com as fontes, há uma técnica. “Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. (CERTEAU, 2006, p. 81). Assim, “fazer história” é também uma prática. Das fontes guardadas nos arquivos o pesquisador faz outra coisa: a História (aqui, com “H” maiúsculo). Nesse percurso, o historiador é uma espécie de mediador entre os homens passados e os homens presentes. Afirma José Honório Rodrigues que “um problema histórico é sempre uma questão levantada pelo presente em relação ao passado” (RODRIGUES, 1978, p. 28).

A História, pois, não é apenas dos mortos, mas, igualmente, dos vivos. A base do fazer histórico interliga-se às fontes ou, nas palavras de Marc Bloch, aos “testemunhos” do passado que, por sua vez, “não falam senão quando sabemos interrogá-los.” (BLOCH, 2001, p. 79). Entretanto, para cada tipo de fonte histórica o historiador utiliza e explicita suas metodologias de pesquisa, bem como a organização dos dados que, por sua vez vão embasar sua escrita. Fontes arqueológicas, impressas, orais, audiovisuais, dentre outras, têm suas especificidades e o historiador faz escolhas e utiliza certas técnicas e procedimentos ao abordar cada um desses tipos de fontes. A base do fazer histórico, portanto, está nas fontes às quais se tem acesso ou se escolhe ter acesso e às quais são múltiplas as possibilidades de tratamentos. Entendemos, então, que não se pode perder de vista que “entre o pesquisador e os fatos encontram-se as fontes históricas”. (MARTINHO RODRIGUES, 2008, p. 437). Admite-se, assim, a subjetividade na escrita da História, mas não o subjetivismo.

A partir dessas considerações, fazemos ainda uma distinção entre: a história como gênero literário e a História como gênero textual.

A história como gênero literário é uma narrativa que busca transmitir um conhecimento intuitivo e individual, cujas regras de expressão são criadas pelo artista (AMORA, 2006). Enquadrar-se-iam aqui, por exemplo, certas lendas, histórias infantis ou outras obras de ficção, entendidas aqui como lugar onde há a “presença marcante e irrefreável do imaginário.” (SAMUEL, 2011, p. 45).

A História como gênero textual é uma narrativa na qual o historiador seleciona informações registradas em fontes históricas ou na historiografia e, a partir desses dados, escreve sua versão sobre o passado. A escrita da História é não ficcional porque o historiador não pode, por exemplo, inventar ou criar livremente personagens. Ele pode sim interpretar as ações dos personagens e tentar apreender o significado delas ao longo do tempo. São nesses termos que ocorrem, ou deveriam ocorrer, as narrativas históricas produzidas pelos historiadores.

A História como gênero textual, enfim, é uma produção de conhecimento feita por um pesquisador no presente, estabelecendo objetivos de pesquisa, referenciais teóricos, explicitando sua metodologia de pesquisa e as técnicas utilizadas no trato das fontes.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Princípios e conceitos fundamentais. Vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. *Teoria da História*. Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Las escuelas históricas*. Trad. Rosina Lajo y Victória Frígola. 2. ed. Madrid: Akal Universitária, 2004. (Serie Historia Contemporánea)

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discurso*: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 1999.

- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: EditoraUnesp, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da. *Teoria da História*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R., BEZERRA, M. A. (Org.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002, p. 19-36.
- MARTINHO RODRIGUES, Rui. História, fontes e caminhos da educação e da cultura. In: *Escolas e Culturas. Políticas, tempos e territórios de ações educacionais*. n: CAVALCANTI, M. J. M.; QUEIROZ, Z. F. de; VASCONCELOS JR, R. E. de P.; e ARAÚJO, J. E. C. (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 422-441. (Coleção Diálogos Intempestivos, 73)
- _____. Teorias, fontes e períodos na pesquisa histórica. In: *História da Educação. Vitrais da memória. Lugares, imagens e práticas culturais*. In: CAVALCANTI, M. J. M.; VASCONCELOS JR, R. E. de P.; e ARAÚJO, J. E. C.; e QUEIROZ, Z. F. de (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2008, p. 435-454.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção História e Historiografia)
- REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [etc. al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Prefácio de Helio Jaguaribe. Trad. do grego de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.